



ACÓRDÃO Nº1015/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10939/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Envira.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Raimundo Lira de Castro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Julio Cesar de Almeida Lorenzoni - OAB/AM 5545.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 566/2021-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Envira. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Envira, exercício 2018, de responsabilidade do **Sr. Raimundo Lira de Castro** – Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Raimundo Lira de Castro** no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, VI da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pela prática de ato com grave infração a norma legal, pelas restrições: 08 do Relatório Conclusivo nº 014/2020-CI/DICAMI e 03 do Parecer nº 1146/2020-MPC-EMFA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de



ACÓRDÃO Nº1015/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Considerar em Alcance o Sr. Raimundo Lira de Castro no valor de **R\$1.062,00** (um mil e sessenta e dois reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, fundamentado no art. 304, I, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei nº 2.423/1996, em razão de despesas não comprovadas: e 03 do Parecer nº 1146/2020-MPC-EMFA, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Envira,

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Envira que:

- 10.1.** Cumpra com o máximo zelo a Lei de Licitações e Contratos;
- 10.2.** Observe com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar nº 131/2009 – Lei da Transparência;
- 10.3.** Observe com cautela a Lei Complementar nº 101/2000;
- 10.4.** Observe com o máximo zelo a Lei nº 4.320/64, principalmente quanto às fases da despesa pública;
- 10.5.** Cumpra rigorosamente os prazos para a remessa de dados a esta Corte de Contas por meio eletrônico;

10.5. Dar ciência desta decisão ao **Sr. Raimundo Lira de Castro**;

10.6. Arquivar os presentes autos nos termos regimentais, após a adoção das medidas acima.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de junho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos,



ACÓRDÃO Nº1015/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral